



Prefeitura de Niterói - RJ
Fiscal de Obras

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos.	1
Estruturação do texto e dos parágrafos.	3
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais.	4
Equivalência e transformação de estruturas.	4
Significação contextual de palavras e expressões.....	6
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação.....	7
Emprego de tempos e modos verbais.Flexão nominal e verbal.	12
Pontuação	22
Estrutura e formação de palavras	26
Funções das classes de palavras.	28
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.	39
Concordância nominal e verbal.....	41
Regência nominal e verbal.....	43
Ortografia oficial.	45
Acentuação gráfica.....	47
Exercícios.....	49
Gabarito.....	61

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.	1
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	5
Operações com conjuntos.	15
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	20
Exercícios.....	24
Gabarito.....	27
	33

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados. Impressoras, teclado, mouse, disco rígido, pendrives, scanner, plotter, discos ópticos.....	1
Noções do ambiente Windows.....	6
Msoffice (Word, Excel, Powerpoint, Outlook).....	25
LibreOffice (Writer, Calc, Impress, eM Client).....	34
Conceitos relacionados à Internet.....	98
correio eletrônico.....	107
Noções de sistemas operacionais.....	115
Ícones, atalhos de teclado, pastas, tipos de arquivos; localização, criação, cópia e remoção de arquivos; cópias de arquivos para outros dispositivos; ajuda do Windows, lixeira, remoção e recuperação de arquivos e de pastas; cópias de segurança/backup, uso dos recursos	115
Exercícios.....	116
Gabarito.....	120

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Constituição Federal: da Administração Pública (do Art. 37 ao Art. 41).....	1
Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001).....	8
Lei Orgânica do Município de Niterói.....	23
Plano Diretor (Lei nº 3.385/19).....	95
Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal nº 1.470/95).....	209
Planos Urbanísticos (Leis nº 1967/02 e 1968/02, Lei nº 2.233/05 e Lei nº 3.195/16).....	232
Código de Posturas (Lei nº 2.624/08).....	384
Noções Básicas de Direito Administrativo (Poder de Polícia e Atos Administrativos).....	459
Direito Penal (Crimes contra a Administração Pública).....	479
Estatuto dos Funcionários Públicos.....	483
Deveres e proibições dos servidores públicos da Administração Municipal.....	519
Exercícios.....	521
Gabarito.....	523

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Obras: destinação, planejamento, condicionantes, aprovação e licença de projetos.....	1
Conclusão de projetos aprovados.....	3
Recebimento das Obras: vistorias para emissão de aceite, revisão de IPTU, reclassificação e recadastramento de áreas construídas dos imóveis, verificação de denúncias, numeração de imóveis e verificação da acessibilidade.	4
Vistorias ensejadas por determinação judicial	6
Condições gerais das edificações.....	6
Elementos Básicos de um Projeto: plantas, cortes e fachadas.	7
Áreas. Classificação dos compartimentos. Circulação em um mesmo nível.	17
Desenho de Arquitetura: símbolos e convenções. Formatos.	19
Desenho topográfico. Projeto de reforma e de modificação.	19
Elementos de uma Construção: fundações, paredes, coberturas, revestimentos e estruturas.	24
Noções básicas dos materiais de construção: argamassas, materiais cerâmicos, materiais betuminosos, concreto simples, madeira e aço.	37
Execução de obras: armação, concretagem, ferramentas e metragem; cálculos simples de áreas e volumes.	71
Instalações elétricas prediais.	82
Instalações hidráulicas prediais: de água potável, de esgotos sanitários e de águas pluviais.	87
Ligação de redes de abastecimento de água. Redes de esgoto. Redes de águas pluviais.....	98
Fiscalização: conhecimentos de elaboração de processos administrativos, correspondências e protocolos.....	109
Noções de documentos fiscais: multas, notificações, embargos, interdições, demolições e fechamento de estabelecimentos. Vistorias, análises, pareceres em processos e ações, de acordo com a legislação.....	110
Transformação de uso e ocupação indevida de espaços públicos.	116
Atendimento ao público para esclarecimentos, orientação e recebimento de denúncias.....	116
Exercícios.....	117
Gabarito.....	121

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.



Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.²

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.

1 <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

2 <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546>



CAPÍTULO VII **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

SEÇÃO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado



Conhecimentos Específicos

As obras são projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações e infraestruturas, que envolvem diversas etapas desde a sua concepção até a sua conclusão. Para que uma obra seja executada de forma adequada e legal, é necessário seguir um processo que envolve destinação, planejamento, condicionantes, aprovação e obtenção de licença de projetos. A seguir veremos do que se trata cada conceito.

Os procedimentos legais junto aos órgãos públicos, observando as leis e regulamentos para se fazer qualquer edificação em zona urbana e ou rural, são:

- **Códigos de Obras:** legislação específica que estabelece normas gerais e específicas para a elaboração de projetos e execução de construções. No Código de Obras são protegidos diretrizes e critérios técnicos para diversos aspectos da construção, como uso do solo, parâmetros de ocupação, dimensionamento de estruturas, instalações elétricas e hidráulicas, medidas de segurança, entre outros. Essas normas têm como objetivo garantir a qualidade, a segurança e a melhoria das edificações à legislação vigente.

- **ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas:** A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Por meio da elaboração e atualização de normas técnicas, a ABNT contribui para a padronização de processos e produtos em diversos setores.

- **Aprovação do projeto:** Processo de submissão do projeto de obra aos órgãos competentes, como prefeituras, órgãos de licenciamento ambiental, Corpo de Bombeiros, entre outros. Nessa etapa, são analisados os documentos e planos apresentados, verificando se estão em conformidade com as leis e regulamentos vigentes. É comum que seja necessário realizar ajustes e correções no projeto para obter a aprovação. Algumas situações que depende-se de licença de obras:

- Nova construção
- Legalização de edificação existente
- Modificação e/ou acréscimo de edificação existente
- Transformação de uso
- Pequenos Reparos
- Publicidade
- Módulos para bares e restaurantes
- Banca de jornal
- Instalação de toldo

Lista de desenhos que deverão constar no projeto para aprovação

- Planta de localização
- Planta de Situação
- Planta de Cobertura
- Plantas Baixas
- Cortes
- Fachadas

O não atendimento das exigências feitas quando dos procedimentos das análises, acarretará no indeferimento do pedido e arquivamento do processo.